

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.971 - SP (2020/0023412-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : CONDOMINIO COLINA DAS PEDRAS  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIA GABRIEL DE SOUZA - SP108948  
ROSICLEIA APARECIDA LOPES ALVARES SIERRA -  
SP223557  
**AGRAVADO** : CECILIA POLESY MAYER SAKAMOTO  
**AGRAVADO** : LUIS CARLOS SAKAMOTO  
**ADVOGADOS** : WELESSON JOSÉ REUTERS DE FREITAS - SP160641  
RENAN ROCHA - SP327350  
**INTERES.** : SOMA CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA  
**ADVOGADOS** : MAURO CARAMICO - SP111110  
ANDREA TEIXEIRA PINHO RIBEIRO - SP200557

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por CONDOMINIO COLINA DAS PEDRAS, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de CONDOMINIO COLINA DAS PEDRAS, a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 14/10/2019, sendo o agravo somente interposto em 05/11/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6.º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas

# *Superior Tribunal de Justiça*

instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente